

O PRACE e a Governação da Sociedade da Informação

Apresentação da 3ª tomada de posição do Grupo de Alto Nível da APDSI

Lisboa, 13 de Outubro de 2006 – Tendo em consideração a enorme importância de que o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) se reveste para a Sociedade da Informação portuguesa, por motivos diversos – sobretudo pela excepcionalidade e abrangência da mudança subjacente - o Grupo de Alto Nível escolheu-o como tema alvo para a sua terceira tomada de posição no próximo dia 18 de Outubro, pelas 12 horas, na sala Évora do Hotel Le Meridien.

No contexto do documento de tomada de posição assume-se que a governação da Sociedade da Informação se faz a dois níveis:

- Ao nível do Estado e da sua Administração (a Administração Central do Estado). O que se faz para governar a evolução da Administração Central do Estado, considerando-se a modernização tecnológica como indutora de serviços e práticas de governo electrónico (e-government).
-
- Ao nível da Sociedade (a sociedade civil em geral). O que se faz para governar a evolução dos cidadãos, das empresas e outras organizações da sociedade civil, utilizando os mecanismos legais, os incentivos financeiros e outras intervenções na sociedade para promover a construção de uma “Sociedade da Informação”.

Na primeira parte do documento tecem-se algumas considerações e faz-se uma breve síntese sobre as expectativas de actuação do Estado nos dois níveis de governação indicados.

Na segunda parte procura-se demonstrar que este espaço de governação tem sido caracterizado por uma mudança constante de órgãos e suas missões, bem como de alguma confusão em termos legislativos.

Na terceira parte o novo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, é comentado através de um conjunto de Apreciações quer sobre as Iniciativas que propõe quer sobre as soluções Orgânicas apontadas.

Conclui-se o documento com a apresentação do conjunto de recomendações induzidas pelas apreciações e que traduzem na opinião do GAN um espaço possível de melhoria imediata da Governação da Sociedade da Informação em Portugal.

O Grupo de Alto Nível da APDSI

O Grupo de Alto Nível (GAN) tem a missão de facultar à Direcção da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, de forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa da acção dos Órgãos de Soberania e de outras iniciativas relevantes na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O GAN contará como principais padrões de referência: programas eleitorais, as Grandes Opções do Plano e o programa do Governo, estudos e estatísticas nacionais da Comissão Europeia, da OCDE, da UNESCO, e outros documentos que se julguem pertinentes.

O GAN é composto por um número ímpar de membros seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que aceitem colaborar com a APDSI, colocando o seu conhecimento, a sua experiência e esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

O grupo é actualmente composto por: Afonso Cascão; Alberto Sant'Ana Godinho; Alberto Serrano; António Brandão Moniz; António Dias de Figueiredo; António João Simões Monteiro; Joaquim Alves Lavado; José Dias Coelho; José Manuel Gomes Almeida; José Tribolet; Luís Amaral; Paulo Querido; Pedro Souto; Rui Magalhães Baião; Vicente Gaspar Pires.

A experiência e as responsabilidades profissionais dos membros constituem o principal valor do GAN — procurando-se que estejam representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesas.

O GAN produz periodicamente um documento de posição sobre um tema de interesse nacional, procurando-se sempre que o mesmo seja pertinente, actual e relevante relativamente à Sociedade da Informação.

A acção do GAN constituirá uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar e/ou ajustar acções que se estejam a desenvolver ou a planear e que tenham impacto na Sociedade da Informação. Essa acção é levada a cabo numa manifestação clara de cidadania e aderindo naturalmente aos objectivos da APDSI.

Resumo das avaliações e das recomendações do GAN

Relativamente às Iniciativas

Avaliações	Recomendações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenho inicial das estruturas ministeriais com pouca adesão ao conceito proposto ▪ Positiva a preocupação com o controlo financeiro e com a concentração dos serviços de apoio à gestão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perseguir sem hesitações e com determinação as regras de construção do conceito proposto ▪ Reforçar a importância do controlo financeiro e de se conseguirem instrumentos e modelos de gestão que efectivamente permitam a concentração dos serviços de apoio
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenho detalhado da estrutura pelos próprios serviços, utilizando os modelos de gestão actuais, dificultará a obtenção de melhorias significativas ▪ As TIC são vistas apenas como elementos de suporte sem utilidade estratégica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer mecanismos que impeçam o afastamento do conceito proposto, durante o desenho detalhado dos seus serviços por cada um dos ministérios ▪ O potencial estratégico das TIC tem de ser considerado e aproveitado na definição da arquitectura do Sistema de Informação e da Infra-estrutura tecnológica de suporte da Administração Central do Estado
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos de mudança e implementação insuficientemente definidos e sem perseguirem uma visão claramente definida ▪ O PRACE deveria ter sido mais audaz quanto ao modelo adoptado, bem como relativamente ao processo de construção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer enquadramento efectivo e adequado para os processos de mudança a executar na Administração e na Sociedade ▪ Ser audaz na "profundidade" das mudanças e ser pragmático na "quantidade" da mudança

Relativamente à Orgânica

Avaliações	Recomendações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incompreensível a proposta para o MFAP onde o II e a DGITA dão lugar a um “Departamento TIC” e à “DGITA” (sem se cumprir a regra de um só serviço TIC) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprindo a procura de serviços partilhados, o II e a DGITA deveriam dar origem a um único serviço
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dada a natureza da ECEE e a abrangência da mudança, é conceptualmente incorrecto seu posicionamento na PCM 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerando que a certificação de identidade e propriedade é uma competência da Justiça, a ECEE deveria fundamentalmente estar na sua dependência
<ul style="list-style-type: none"> ▪ É crítica a existência de uma boa ligação da AMA com unidades TIC dos ministérios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dotar a AMA dos mecanismos necessários para intervir efectivamente nas unidades TIC dos ministérios
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atribuições confusas para a AMA pois são-lhe atribuídas funções de pensamento estratégico, em simultâneo com atribuições como a de integração do Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dotar a AMA com o estatuto e os meios necessários para ser verdadeiramente uma unidade de pensamento estratégico e de formulação e condução de políticas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não são identificáveis os mecanismos de participação dos serviços TIC dos ministérios na AMA sendo de prever a manutenção das dificuldades de articulação interministerial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer um modelo de funcionamento que permita a participação activa dos serviços TIC dos ministérios nas actividades da AMA
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não é indicada uma unidade que concentre a coordenação estratégica da construção da Sociedade da Informação no Estado e na Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicar (constituir) a unidade que deve assumir esse papel e dotá-la dos meios adequados
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A AMA integrada na PCM (nível do Estado) e a UMIC integrada no MCTES (nível da Sociedade) traduzem um desnivelamento de importância atribuída aos dois níveis, agravado pela inexistência de uma unidade coordenadora 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A construção da Sociedade da Informação exige uma articulação profunda na formulação e condução das políticas ao nível do Estado e ao nível da Sociedade, devendo ser claramente identificada onde é realizada essa articulação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pulverização de unidade com sobreposições de áreas de actuação e de competência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir claramente quem deve formular visão, políticas e estratégias, bem como quem deve conduzir a sua execução, controlo e avaliação

Recomendação final

Uma leitura, ainda que rápida, das Apreciações e das Recomendações, leva a concluir que as principais preocupações resultam do facto de não ser identificado no PRACE um órgão que chame a si a condução da construção da Sociedade da Informação em Portugal.

Acreditamos que uma solução adequada poderá englobar a criação de um Conselho de Governança da Sociedade da Informação, como órgão da Administração Pública (AP) com pelo menos metade dos seus membros de fora da AP, para coordenar e avaliar os processos de mudança da AP e da Sociedade civil.

Este órgão funcionaria no âmbito da AMA e na dependência directa do Primeiro-Ministro.



Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa.

Para mais informações contacte:

apdsi

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Madan Parque – PCTAS, Edifício VI

Campus da Caparica, Monte de Caparica

2829-516 Caparica - Portugal

Tel.: +351 212 949 606

Fax: +351 212 949 607

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>